

Mesa 171 – Os populismos no século XXI (CP) Moderador: Hugo Rogelio Suppo

**O “TRANSNACIONALISMO” DAS DIÁSPORAS: IMPACTOS NO
POPULISMO NACIONALISTA EUROPEU**

**Hugo Rogelio Suppo¹
Lucca Giannini Palermo Moreno Belfi²**

Resumo: (200 palavras)

O Estado-Nação na Europa enfrenta desafios de ordem econômica, política, militar e cultural provocados pela globalização. No plano interno, a insegurança econômica é acompanhada pela insegurança cultural, provocada pelo choque de gerações. Soma-se a isso uma alteração acelerada da divisão rural-urbana, fato esse que inclui migrações internas em massa e uma mudança etnocultural produzida pelas ondas contínuas de migração laboral provocadas pela globalização, bem como pelo aumento no número de requerentes de asilo, que fogem da violência e perseguição, advindos principalmente do Oriente Médio e da África. Desse modo, é possível verificar a intensificação do “transnacionalismo” das diásporas, a partir da criação de comunidades imaginadas transnacionais, dotadas de fortes laços de solidariedade e baseadas em uma identidade - seja ela nacional, religiosa, linguística ou regional. Este último fato, somado à tendência de taxas de natalidade baixas entre os europeus, gera ansiedade, indignação e ressentimento. Assim, uma série de democracias avançadas está optando por partidos populistas nacionalistas e candidatos de direita que fundamentem suas narrativas nos sentimentos de orgulho e pertencimento como forma de resistência ao pluralismo e ao cosmopolitismo liberal. Nesse sentido, o presente ensaio tem os seguintes objetivos: 1) analisar o processo de politização das diásporas; 2) avaliar o que haveria de novo nesse “ressurgir” do populismo nacionalista, baseado na reterritorialização das identidades; 3) elencar algumas conclusões.

Palavras-chave: Transnacionalismo; Populismo nacionalista; Diásporas; Identidade

INTRODUÇÃO

A intensificação das migrações na segunda metade do século XX fez com que muitos países se tornassem sociedades mais diversificadas e multiculturais. Contudo, se os imigrantes, nas décadas de 1950 e 1960, eram considerados “trabalhadores convidados”, a maioria homens solteiros, num contexto de crescimento econômico. A partir da recessão das décadas de 1970 e 1980, eles, agora migrantes com suas famílias, suscitam preocupação, o que leva ao crescimento de movimentos nacionalistas

¹Doutor em História das Relações Internacionais pela Université de Paris III e Professor Associado e Procientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, membro do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ).

²Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

xenófobos. O problema foi agravado pelas pressões econômicas e demográficas na África e Ásia, provocadas pela crescente desigualdade decorrente da globalização e da revolução pós-industrial.

Immigration has become the topic of the day. Never in human history has so much attention been paid to human movement. Numbers matter. By 2013, the number of international immigrants soared to 232 million—10.8 percent of the total population in the developed regions. Numbers, however, are merely one factor. (ORGAD, 2015, p. 1)

Hoje vivem na Europa aproximadamente 45 milhões de muçulmanos, a maioria proveniente do chamado *Middle East and North Africa* (MENA). É verdade que a Europa, na virada do século XIX para o XX e na década de 1930, já tinha se fechado e encontrado nos movimentos migratórios o bode expiatório de seus problemas, fomentado o crescimento dos partidos nacionalistas de direita. Entretanto, devemos tomar cuidado para não fazer falsas analogias entre aquele momento e o atual, pois o Estado-Nação está hoje em crise, assim como as grandes ideologias mobilizadoras, tais como a classista e a socialista (JENKINS; SOFOS, 2005, p. 24-25).

Em termos de contextualização histórica, o debate sobre identidades foi marcado pelo fim da Guerra Fria, acompanhado do ressurgimento dos conflitos nacionalistas e étnicos, além de uma crescente inquietação sobre os efeitos homogeneizadores da globalização, que estaria colocando em perigo as especificidades culturais. Essa duplicidade de fatores reposiciona a questão identitária como uma das preocupações políticas mais importantes na nova realidade internacional. Além disso, um número cada vez maior de países, incluindo quase todos os países-membros da União Europeia, incorporaram oficialmente o multiculturalismo - a “diversidade dentro da unidade” - à política pública. Ou seja, cada vez mais os Estados aceitam a ideia de que culturas diferentes se incorporem em sua sociedade, nas quais devem ser respeitadas e tratadas com igualdade. Para muitos governos, as tendências multiétnicas, multirreligiosas e multiculturais nas sociedades modernas haviam se tornado irreversíveis (HEYWOOD, 2010, p. 97).

A União Europeia também pratica, em relação a seus membros, uma política multicultural ao defender, por exemplo, o plurilinguismo e o regionalismo. Em maio de 2008, o *Council of Europe Foreign Affairs Ministers* aprovou o *White Paper on Intercultural Dialogue*, o qual declara o interculturalismo como a base para construir uma identidade política supostamente europeia. Esse sentimento está refletido no lema

oficial “*unity in diversity*”³. A União Europeia é então imaginada como um espaço transnacional onde interagem nacionais, minorias e majorias. Nesse sentido, por exemplo, a língua está perdendo sua centralidade, uma vez que não é mais um sinal considerado absolutamente necessário de fidelidade à nação – os governos receptores estão se tornando cada vez menos rigorosos em relação aos requisitos linguísticos para a entrada de imigrantes.

Essa “virada pós-nacional” (CINALLI; JACOBSON, 2020) na década de 1990 se concretiza principalmente com o reconhecimento legal da dupla cidadania, que era até então considerada dentro dos Estados moralmente “semelhante à bigamia”. Assim sendo, nas últimas três ou quatro décadas, contém nas fronteiras do Estado as mais variadas formas de associação social, cultural e econômica.

Growth of international non-governmental organizations (INGOs), global digital relationships, corporations, human rights institutions, cases and law, changes in language (for example, from “illegal” to “undocumented” migrant), and dual citizenship are just a few examples. Dual citizenship expanded dramatically in two senses: the number of countries permitting dual citizenship, and in the numbers of actual individuals carrying dual citizenship (CINALLI; JACOBSON, 2020, p. 37).

O modelo cosmopolita do neoliberalismo triunfante celebra ao mesmo tempo a diversidade cultural e as políticas identitárias, desse modo, o sociólogo alemão Ulrich Beck propõe o conceito de “realismo cosmopolita” para poder analisar de que forma os grandes sistemas infocomunicacionais do mundo globalizado favorecem, ao mesmo tempo, a abertura das pessoas para viverem num mundo sem fronteiras e o acirramento das contradições culturais numa situação de múltiplas mestiçagens e de hibridações culturais polimorfas (BECK, 2006).

Posto isto, este ensaio será dividido em cinco tópicos, além de sua introdução e conclusão. No primeiro tópico, iremos abordar a discussão sobre a relação entre Estado e migração, na qual se apresentará a ideia de “*migration state*” formulada por James F. Hollifield (2004); após esse breve debate, explicitaremos nosso entendimento do conceito de diáspora e como ela, na atualidade, aponta para uma caracterização da ideia de comunidade imaginada internacional desterritorializada. No segundo tópico, trataremos do tema da politização das diásporas e de como os países de origem dos

³Council of Europe. White Paper on Intercultural Dialogue: “Living Together As Equals in Dignity”. Council of Europe Ministers of Foreign Affairs at their 118th Ministerial Session, 2008.

diásporas se utilizam de elementos, caracterizados na diplomacia das diásporas, para usufruir beneficentemente desta relação. No terceiro tópico, discutiremos a relação entre a nova direita europeia – muito calcada nos ideais da extrema-direita – e o populismo nacionalista, a partir da qual procuraremos demonstrar o *modus operandi* destes movimentos, principalmente suas narrativas a respeito dos imigrantes. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, o quarto tópico explicitará a forma pela qual essas narrativas são criadas e articuladas pelos partidos populistas de extrema-direita na Europa - o medo é securitizado, ao passo em que o transnacionalismo religioso é usado como catalizador dessa mobilização discursiva e os diásporas, muitas vezes, são tratados como espécie de poder de barganha dos países de origem. No quinto e último tópico, aprofundaremos de forma breve em uma dessas narrativas, o etnopluralismo, na intenção de exemplificar a construção da relação entre o populismo nacionalista e as diásporas.

O “MIGRATION STATE” E AS DIÁSPORAS COMO COMUNIDADES IMAGINADAS INTERNACIONAIS DES-TERRITORIALIZADAS

Antes de adentrarmos nas especificidades da questão da diáspora e sua possível transnacionalidade, vale destacar como se dá a relação entre Estado e migração. Para isso, apresentamos os argumentos de James F. Hollifield (2004), que desenvolve o conceito de “*migration state*” para descrever a gestão de processos de migração – entrada, integração, cidadania e naturalização – por parte de Estados democráticos liberais após 1945. Esses Estados vivem o paradoxo liberal de ter que, por um lado, atender à lógica de mercado com a abertura total em todas as áreas, incluída a circulação de pessoas, e, por outro, atender à lógica dos direitos políticos e jurídicos nacionais. No entanto, o modelo de Hollifield, que pressupõe Estados com forte coesão interna, não inclui a problemática dos fluxos de remessas, as migrações de trânsito e as forçadas, tampouco o tema das diásporas. Os Estados devem responder à lógica econômica do liberalismo, que incentiva o comércio e o livre fluxo de mercadorias através das fronteiras. Em contrapartida, as lógicas políticas e jurídicas do liberalismo são de relativo fechamento territorial e jurídico. Essa situação leva a uma tensão na formulação de políticas de migração em que os Estados procuram equilibrar a lógica dos mercados com a lógica dos direitos.

Nessa direção, Loic Wacquant (2010) considera que o neoliberalismo não é um regime econômico, mas um projeto político de Estado que o transforma em um

centauro. O autor vai argumentar que a virada de nosso século nos proporcionou a formação de um novo tipo de Estado, que tenderia a prestigiar mais os mercados e a liberdade. Porém, no fundo, essa lógica mascararia a real intenção do liberalismo, que seria beneficiar apenas os que estão no topo enquanto impõe um “paternalismo punitivo aos que estão na base” (WACQUANT, 2010, p.76). Posto isso, o estado neoliberal se expressa de forma diferente para pessoas diferentes:

Neoliberalism brings about not the shrinking of government, but the erection of a centaur state, liberal at the top and paternalistic at the bottom, which presents radically different faces at the two ends of the social hierarchy: a comely and caring visage toward the middle and upper classes, and a fearsome and frowning mug toward the lower class (WACQUANT, 2012, p. 217).

Seguindo esse raciocínio, Jonathan Friedman (2015, p. 70-71) considera que está surgindo uma nova realidade global, caracterizada por um processo de fragmentação complexo, mas unitário, ligando domínios separados. Dessa forma, a fragmentação da esfera pública de produção de conhecimento, a polarização econômica e a emergência de populações marginalizadas se combinam com a etnificação do Estado-nação. Três processos configuram tal etnificação: a *ethnic primordiality*, a regionalização e a etnificação de migrantes e nacionais. O declínio da modernidade ocidental e, conseqüentemente, o fim da procura por homogeneizar as identidades, levou a um fortalecimento de identidades subnacionais e étnicas compensatórias. Houve, portanto, uma mudança do assimilacionismo⁴ para o multiculturalismo.

Por este motivo, o patriotismo é considerado um comportamento artificialmente inculcado a todos os cidadãos pelo Estado, independentemente de sua origem étnica. Gabriel Sheffer (2006) considera as diásporas forças enriquecedoras, já que no futuro todas as democracias liberais ocidentais se tornariam pós-nacionais e multiculturais (2006, p. 222-223). No entanto, existem muitas suspeitas e visões negativas, baseadas em emoções ou em ideologia política (neonacionalismo, neomarxismo, neoconservadorismo), sobre a lealdade das diásporas para com as sociedades anfitriãs na maioria das sociedades europeias, sejam elas democracias liberais ou Estados com governos neoconservadores. Alguns consideram essas diásporas como uma espécie de quinta coluna ou que, no mínimo, têm dupla lealdade. Nesse sentido devemos lembrar que entre setembro de 2010 e fevereiro de 2011, Angela Merkel, a chanceler alemã,

⁴Seria a ideia de erradicar a própria identidade étnica e adotar a do setor predominante na sociedade de acolhimento.

David Cameron, o primeiro-ministro britânico, e Nicolas Sarkozy, o presidente francês denunciaram o multiculturalismo e declararam que ele “fracassou completamente”.⁵

Na realidade, responde Sheffer, são pequenas minorias dentro das diásporas transnacionais que negam completamente qualquer lealdade a sua nova pátria ou que possuam lealdade absoluta com suas pátrias de origem. Desse modo, nenhuma diáspora teria mostrado qualquer oposição flagrante à ideia de Estado-nação e, conseqüentemente, não desafiou as bases fundamentais da soberania de seus países de acolhimento, nem de suas pátrias (SHEFFER, 2006, p. 209).

Ou seja, os objetivos das diásporas são de natureza diplomática, econômica e, ocasionalmente, social, mas sempre dentro do enquadramento legal do país anfitrião. Quando existem conflitos envolvendo diásporas, conclui Sheffer, são mais relacionadas a hostilidades provocadas pelas sociedades anfitriãs do que pelos próprios diásporas (SHEFFER, 2006, p. 211). Dessa maneira, surge um importante questionamento: qual é a causa das hostilidades atuais dos nativos contra as diásporas? Algumas surgiram por causa da crise econômica, ainda assim elas não podem ser dissociadas de sentimentos mais profundos: “[...] *the wish for ethnic “purity” of host societies, and fear and loathing of the presence of “alien” groups within those societies*” (SHEFFER, 2006, p. 211).

Ainda dentro da mesma perspectiva, Peter Kivisto e Thomas Faist (2010, p. 163-164) também consideram o multiculturalismo uma abordagem de inclusão, compreendido como uma alternativa à assimilação, um complemento a ela ou uma nova versão da assimilação em bases democráticas. Tampouco seria uma ameaça à civilização como alguns autores críticos pensam, muito pelo contrário. Isto levaria à formação de identidades desterritorializadas, ou seja, ao enraizamento fora do local de residência. Uma nova identidade diaspórica teria surgido e ela já não seria mais considerada uma quinta coluna conspirando contra o Estado-nação, mas considerada

⁵ *BBC News*. 2010. *Merkel says German multicultural society has failed.* 17 October. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-europe-11559451>

The Independent. 2011. *‘Cameron: My War on Multiculturalism’*, 5 February. Disponível em <https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/cameron-my-war-on-multiculturalism-2205074.html>

Liberation. 2011. *‘Sarkozy estime que le multiculturalisme est un «échec»*’. 11 février. Disponível em https://www.liberation.fr/france/2011/02/11/sarkozy-estime-que-le-multiculturalisme-est-un-echec_714298

legítima, já que se colocava contra o capitalismo de massa, a modernidade e a opressão do Estado-nação (FRIEDMAN, 2015, p. 85).

Agora levando em consideração os estudos contemporâneos da diáspora, podemos argumentar que esse campo foca essencialmente em três aspectos interconectados: os impactos das diásporas em “suas” pátrias; o impacto de Estados emissores em “suas” diásporas; a questão do que constitui uma diáspora. Jonathan Gorsman (2018), após uma minuciosa análise do uso do termo na bibliografia existente, chega a seguinte definição que ele considera integrada: “diáspora é uma **comunidade transnacional** cujos membros (ou seus ancestrais) **emigraram** ou **foram dispersos** de sua **terra natal**, mas permanecem **orientados** para ela e preservam uma **identidade de grupo**” (2018, p. 5 – em negrito no original, tradução nossa).

Contudo, alguns esclarecimentos são necessários. Nem todas as populações transnacionais constituem uma diáspora, elas devem estar inseridas em pelo menos dois locais. A ideia de comunidade tampouco quer dizer que todos os membros se conhecem, mas sim, que possuem um sentimento de coesão, um “senso de comunidade”.

Já a proliferação de diásporas é explicada de quatro maneiras, que interagem num processo dinâmico: o impacto da globalização; os fatores econômicos; as crises migratórias; as percepções dos migrantes sobre as situações nos países de acolhimento e nos países de origem (SHEFFER, 2006). Nesse contexto, vale ressaltar como a internet contribuiu de forma importante na desterritorialização do poder, da cultura, da política, das economias e das pessoas. Paradoxalmente, também ajudou a fortalecer, em vez de enfraquecer, as identidades nacionais e criou condições férteis para novos nacionalismos diaspóricos ou virtuais transnacionais. Por conseguinte, “*what the Internet nation has to offer is chiefly a sense of identity which can be exploited socially, politically and economically, but only at the cost of entering into a tense, sometimes conflictual relationship with the territorial stat*” (ERIKSEN, 2007, p. 15).

Na Europa, os imigrantes, com exceção dos turcos na Alemanha, preferem a inclusão social (KIVISTO, FAIST, 2010, p. 92). Por que então alguns grupos se mobilizam em torno de sua identidade pátria depois de emigrarem, enquanto outros não? Por que alguns grupos se envolvem em lobby direto em apoio à política externa relacionada à sua pátria de origem, enquanto outros não? Connor Kopchick, Kathleen Gallagher Cunningham, Erin K Jenne e Stephen Saideman (2021), a partir do estudo dos migrantes nos Estados Unidos, afirmam que são três os motivos que fazem com que

um grupo se engaje na mobilização mais ou menos diaspórica: desejo de preservação da identidade; ameaças percebidas ou reais aos parentes do grupo no Estado de origem; a capacidade relativa do grupo de mobilização da diáspora. No entanto, os fatores políticos domésticos importam mais do que dinâmicas distantes na mobilização de grupos.

A criação de comunidades imaginadas internacionais desterritorializadas tem propiciado o surgimento, a partir de 1965, de movimentos nacionalistas transnacionais e pan-etnicismos, que se estendem além das fronteiras nacionais. Segundo Riva Kastoryano,

The phenomenon of transnationalism is in large part the result of the development of means of communication, the appearance of large regional blocs and the increased importance of supranational institutions, which either originate or facilitate the organization of transnational networks. Intensified by the magnitude of international migration, cultural, social, political, and ideological transformations in transnational networks guide the activities that link countries of origin to countries of current residence and give migrants “the illusion of non-permanence” of their stay in the host country (KASTORYANO, 2007, p. 160).

Em vista disso, a globalização e a revolução tecnológica aumentaram a capacidade dos migrantes de manter laços de rede a longas distâncias, tornando mais fácil a “mobilidade não migratória”, isto é, os migrantes podem desenvolver laços estreitos e regulares com suas sociedades de origem em vários níveis – negócios, transferências bancárias por canais informais, cultural, política, etc. Dessa maneira, as diásporas se utilizam da mídia, de forma geral, para garantir e preservar sua herança cultural, história e linguagem (SHEFFER, 2006, p. 183). Jennifer M. Brinkerhoff, é otimista quanto ao papel dessas cibercomunidades porque elas permitiriam desenvolver comunidades online autorreguladas e, com sua mobilização, promovem entre seus membros a solidariedade e a identidade híbrida, a manutenção da cultura e identidade religiosa, o desenvolvimento socioeconômico dos países de origem e promovem os direitos humanos. As “diásporas digitais”, organizadas na internet, podem, portanto, *“ease security concerns in both the homeland and host society, improve diasporans’ quality of life in the host society, and contribute to socio-economic development for their families and compatriots in the homeland”* (BRINKERHOFF, 2009, p. 13-14).

Este transnacionalismo vindo de baixo, coexiste com o transnacionalismo vindo de cima – das corporações multinacionais e dos Estados. Essas solidariedades

transnacionais com novas subjetividades, e que são acompanhadas pela geografia imaginada que não é territorial, têm provocado novos surtos de nacionalismo transnacional. Como reação, alguns Estados intensificam seu nacionalismo a fim de reterritorializar identidades e assim fortalecer a soberania nacional e o sentimento de pertencimento no país de acolhimento (KASTORYANO, 2018, p. 65-66). O surgimento de comunidades transnacionais é um "fenômeno global" que implica um novo tipo de experiência dos migrantes e diz respeito principalmente à migração pós-colonial. Riva Kastoryano a define como:

[...] community structured by individuals or groups settled in different national societies, sharing common references—territorial, religious, linguistic—and expressing common interest beyond boundaries. Migrants or minorities or ethnic groups rely on a sense of belonging to a unity through transnational networks in order to consolidate their solidarity beyond territorial settings, which provides all the content to the term diaspora—that is, unity within dispersion (KASTORYANO, 2018, p. 66).

A POLITIZAÇÃO DAS DIÁSPORAS ETNONACIONAIS E O CONCEITO DE DIPLOMACIA DA DIÁSPORA

A maioria dos estudos sobre migrações se concentravam nas maneiras pelas quais os migrantes se adaptaram ao seu local de imigração, ignorando as práticas e instituições que ligavam os migrantes, pessoas e organizações a suas terras de origem ou em outros lugares da diáspora. Nos anos 1990, com a crescente politização que muitas comunidades étnicas sofreram e a crescente conscientização da importância dos laços diaspóricos com o país de origem, houve uma “virada transnacional”, incorporando esses últimos aspectos em particular no novo transnacionalismo migrante no mundo globalizado.

As identidades desterritorializadas e baseadas em rede, como as diásporas, e os processos transnacionais de formação identitária, que operam paralelamente e em conjunto com o sistema territorial dos Estados-nação, têm sido pouco estudados na área das Relações Internacionais. Os estudos versam sobre as redes transnacionais, as relações transnacionais e os atores não estatais, e se concentram principalmente nas redes liberais baseadas em normas (por exemplo, ONGs), buscando analisar como as atividades dessas redes levam a mudanças nos interesses ou no comportamento dos Estados (ADAMSON; DEMETRIOU, 2007). Mas, afinal, o que é uma diáspora etnonacional?

[...] an ethno-national diaspora is a social-political formation, created as a result of either voluntary or forced migration, whose members regard themselves as of the same ethno-national origin and who permanently reside as minorities in one or several host countries. Members of such entities maintain regular or occasional contacts with what they regard as their homelands and with individuals and groups of the same background residing in other host countries. Based on aggregate decisions to settle permanently in host countries, but to maintain a common identity, diasporans identify as such, showing solidarity with their group and their entire nation, and they organize and are active in the cultural, social, economic, and political spheres. Among their various activities, members of such diasporas establish trans-state networks that reflect complex relationships among the diasporas, their host countries, their homelands, and international actors (SHEFFER, 2006; 9-10).

É importante lembrar que essas diásporas, como já dito anteriormente, foram fortemente impactadas pelas novas conexões transnacionais criadas graças às novas tecnologias, principalmente às de telecomunicações. Por conseguinte, os laços emocionais, de lealdade e familiares com os países de origem intensificaram-se pelo contato social regular. Além disso, essa intensificação foi sustentada em virtude da comunicação em tempo real e do transporte barato – a partir dos quais as remessas enviadas para os países de origem aumentaram de forma exponencial. Com isso, o envolvimento político com as pátrias de origem é cada vez mais intenso e institucionalizado em movimentos sociais transnacionais, redes de negócios transnacionais, cibercomunidades e grupos migrantes transnacionais. A politização das diásporas foi também beneficiada pelas mudanças internas já mencionadas em alguns países receptores:

[...] in many Western countries 25 years of identity politics (around anti-racism and multiculturalism, indigenous peoples, regional languages, feminism, gay rights, and disability rights) have created a context in which migrants feel much more at ease when publicly displaying their transnational connections. In this way, compared to earlier times, transnationalism has 'come out of the closet' (VERTOVEC, 2009: 16).

Nesse sentido, as redes sociais se tornaram também um veículo para a proliferação de teorias da conspiração, mentiras e discursos de ódio e de intolerância. Benedict Anderson, já constatava, em 1994, que a internet favorecia situações de irresponsabilidade radical:

The participant rarely pays taxes in the country in which he does his politics; he is not answerable to its judicial system; he probably does not cast even an absentee ballot in its elections because he is a citizen in a different place; he need not fear prison, torture, or death, nor

need his immediate family. But, well and safely positioned in the First World, he can send money and guns, circulate propaganda, and build intercontinental computer information circuits, all of which can have incalculable consequences in the zones of their ultimate destinations (ANDERSON, 1994: 327).

Daniele Conversi (2012) analisa como essa radicalização irresponsável prolifera nas formas radicais de nacionalismo de longa distância que, com sua ênfase em objetivos maximalistas e em uma abdicação de responsabilidade, conjugado à condição de isolamento e anonimato da diáspora, leva ao surgimento do *'mobbing online'* ou *'cyberbullying'* contra dissidentes, como nova e sinistra tendência do radicalismo da internet. Conversi ressalta que as comunidades étnicas virtuais tendem a ser mais radicais do que os “nativos” quando se envolvem em “políticas de pátria” e se tornam comunidades auto-segregadas. O nacionalismo diaspórico constrói fronteiras defensivas que, nos processos a distância, permitem ações radicais sem colocar sua segurança em risco. Conversi explica esse radicalismo fazendo a distinção entre cultura e etnicidade, que muitas vezes são amalgamadas nos estudos de multiculturalismo e nacionalismo.

A assimilação cultural das diásporas na sociedade de acolhimento pode gerar uma reação étnica para preservar o senso de separação. Essa etnicidade, desprovida de conteúdo cultural imediato, oferece um terreno fértil para o radicalismo. O papel das redes sociais cria condições para que o radicalismo teça redes mais densas de ativismo, entretanto as causas se encontram numa conjunção de fatores que se reforçam mutuamente:

“globalisation’s homogenising effects, a lack of civic and cultural education, diaspora anomie and uprootedness, failed inter-group communication (mostly predating the advent of the Internet), the absence of comprehensive cultural policies and, increasingly, the state promotion of ethnic and patriotic chauvinism” (CONVERSI, 2012: 1372).

Essas transformações são visíveis no crescimento da dupla cidadania e no aprimoramento de uma variedade de atividades políticas de “pátria” (terra de origem) entre os migrantes e as “políticas de engajamento da diáspora” criadas pelos governos. Dessa forma,

Diaspora has arisen as part of the postmodern project of resisting the nation-state, which is perceived as hegemonic, discriminatory and culturally homogenizing. The alternative agenda – now often associated with the notion of diaspora – advocates the recognition of hybridity, multiple identities and affiliations with people, causes and

traditions outside the nation-state of residence (VERTOVEC, 2009, p. 132).

Atualmente, as estratégias assimilacionistas e integracionistas são adotadas por poucos migrantes internacionais e membros de diásporas recentes. A primeira, como já vimos anteriormente, significa erradicar a própria identidade étnica e adotar a do setor predominante na sociedade de acolhimento; já a segunda tem como meta obter os mesmos direitos pessoais, sociais, econômicos e políticos que a maioria na sociedade anfitriã. Em contrapartida, as estratégias comunalista e corporativista visam preservar a identidade etnonacional, com a diferença que a última se baseia no reconhecimento formal das organizações comunais *vis-à-vis* dos sistemas jurídico e político do país anfitrião. Historicamente, nas diversas ondas massivas de migração da Europa Oriental e Central para a Europa Ocidental - e depois para a América do Norte e América Latina - até a década de 1970, a maioria dos imigrantes e das diásporas que eles estabeleceram seguiram estratégias assimilacionistas, integracionistas ou, em alguns casos, corporativistas. Após esse marco temporal, tudo muda:

[...] since the 1970s, as a result of the major transformations that have occurred in world affairs, which, among other things, are encouraging pluralism in democratic host countries, both established and incipient diasporas have been altering their attitudes toward the fundamental dilemmas of their existence in host countries. Consequently, they are also altering their strategies. Because members of such diasporas are no longer embarrassed by their origins and feel confident and secure enough to maintain their ethnic identities and identify as such, more diasporans are discarding the assimilationist and corporatist strategies and adopting communalism instead. (SHEFFER, 2006, p. 171).

Seguindo essa lógica, pode-se considerar que as diásporas operam como muitos outros grupos de interesse, organizando lobbys, advocacia, promoção (cultural, política e econômica) e manutenção de associações. Essas organizações funcionam em cinco níveis políticos: o doméstico nos países anfitriões; o regional; o global; no interior da própria diáspora; na política interna do país de origem. Portanto, as diásporas, não seriam atores autônomos que operam em espaços transnacionais distantes dos interesses e políticas de seus Estados de origem.

Progressivamente os Estados desenvolveram “políticas de gestão da diáspora” (ADAMSON, 2020), por meio das quais procuram o engajamento da comunidade diaspórica nas estratégias do Estado de origem. Essas políticas incluem frequentemente dinâmicas de “reethnicização” transnacional das diásporas. Nesse sentido, desde a década

de 1990, um número crescente de Estados de origem estabeleceu instituições de diáspora nos poderes executivo ou legislativo do governo, dedicados aos assuntos dos emigrantes e seus descendentes. Por exemplo, em 2012, cerca de 27 Estados haviam estabelecido ministérios governamentais de pleno direito para suas respectivas diásporas (GAMLEN; CUMMINGS; VAALER, 2019: 493).

A palavra diáspora designa, nesse contexto, qualquer comunidade que tenha emigrado e cujo número a torne visível na comunidade de acolhimento. Steven Vertovec (2009) considera que é necessário distinguir três domínios: migração – que geralmente envolve os migrantes como minorias, tornando-se separados por raça, idioma, tradições culturais e religião –; diáspora – compartilhamento imaginado (sentimentos, narrativas, imagens e memórias) entre uma população pós-migração e seu local de origem e com pessoas de origens semelhantes que agora vivem em outras partes do mundo –; transnacionalismo – trocas reais e contínuas de recursos, informações, dinheiro, etc, entre membros da diáspora). Contudo, esclarece Vertovec, *“diasporas arise from some form of migration, but not all migration involves diasporic consciousness; all transnational communities comprise diasporas, but not all diasporas develop transnationalism”* (VERTOVEC, 2009: 137).

A partir dessa politização, podemos observar a chamada diplomacia da diáspora (DD) (ADAMSON; TSOURAPAS, 2019). Esse conceito seria caracterizado como o uso de ferramentas, processos e procedimentos diplomáticos pelos Estados para gerenciar a mobilidade populacional transfronteiriça. Ou seja, refere-se apenas às ações do Estado para interferir de alguma forma nesse tipo de mobilidade, com utilidade estratégica para atingir outros objetivos (segurança, interesses econômicos ou aumentar seu poder brando por meio de diplomacia cultural ou pública). Os Estados alvo das ações podem ser receptores, emissores ou de trânsito. No entanto, isso não quer dizer que alguns Estados possam ser enquadrados em mais de uma categoria, tampouco que não possam mudar de categoria ao longo do tempo.

A diplomacia da diáspora é uma área pluridisciplinar, abrangendo história, economia, geografia, ciência política, sociologia, antropologia, comunicação, direito e subdisciplinas como filantropia, imigração, estudos étnicos ou estudos de refugiados. Não obstante, constata Eytan Gilboa: *“The effort to find some order, direction, and research agenda in the DD field has been very frustrating because it is marred by a conceptual anarchy of terms, definitions, theoretical frameworks, approaches, methodologies, research questions, and ideas”* (2021: 379).

Apesar disto, há consenso acerca de que as diásporas representam comunidades de redes - às vezes labirínticas - entre o doméstico e o estrangeiro e de que elas passaram a simbolizar a conectividade e a mobilidade de um mundo globalizado. Muitos Estados recorreram à diáspora com objetivos políticos, ou como uma forma de acessar redes econômicas e conjuntos de habilidades e integrar ainda o Estado-nação na economia global. As comunidades de imigrantes, contudo, não podem ser consideradas como grupos homogêneos: *“Immigrants and their descendants typically do not have a static, closed and homogeneous ethnic identity, but rather dynamic, multiple, transnational and sometimes diasporic identities”* (HASS, CASTLES, MILLER, 2020: 82).

Em 2005, o sociólogo da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) Rogers Brubaker, intitula um artigo crítico, que já virou referência, “A diáspora da diáspora”, para advertir que a rápida dispersão do termo em muitos discursos disciplinares estava ampliando e diluindo seu significado. Khachig Tölölyan (2012), fundador, em 1991, da revista *Diaspora. A Journal of Transnational Studies*, acrescenta um outro problema: a politização das diásporas. Segundo Gabriel Sheffer (2006), a maioria das sociedades anfitriãs democráticas, não democráticas e os governos ignoraram amplamente a maioria desses grupos de diáspora étnico-nacional. Ao minimizar a vitalidade e o significado cultural, social, político e econômico das diásporas, os governos anfitriões tenderam a tolerar o ativismo das diásporas e até mesmo as encorajar a adotar tal estratégia se a soberania e a segurança não fossem seriamente desafiadas ou realmente ameaçadas. Nesse sentido, podemos citar o famoso “caso do Cavalo de Tróia” em Birmingham, no qual líderes islâmicos tentaram introduzir os preceitos islâmicos nas escolas.⁶

Por outro lado, o diasporismo étnico-nacional era considerado indigno de consideração séria e estudo aprofundado, por se tratar de formações políticas anacrônicas, transitórias e marginais que tenderiam a desaparecer.

Ainda assim, no mundo contemporâneo, o papel das diásporas tem sido frequentemente institucionalizado e algumas delas gozam de enorme poder. O exemplo

⁶ *The Economist*. 2014. ‘Islam in Schools: Going by the Book’. 26 June. <https://www.economist.com/britain/2014/06/26/going-by-the-book> ; Steven Morris and Patrick Wintour, *The Guardian*. 2014. ‘Trojan Horse’ Row: Birmingham schools placed in special measures’. 9 June. <https://www.theguardian.com/education/2014/jun/09/trojan-horse-row-birmingham-schools-special-measures-ofsted>

mais conhecido é o lobby étnico-judaico nos Estados Unidos. Embora as diásporas étnicas, em geral, tenham gerado organizações pacíficas e pacifistas, algumas podem se radicalizar, inclusive reprimindo com métodos violentos as respectivas dissidências. As democracias são as mais afetadas nesse caso já que, ao abraçar valores humanitários, se tornam mais vulneráveis à vergonha e às alegações de hipocrisia do que os Estados autoritários. Assim sendo, é muito difícil para países com direitos democráticos e sistemas legais consolidados impedir a politização dos imigrantes. A negação dos direitos humanos fundamentais aos migrantes é difícil para os Estados democráticos, o que também limita sua capacidade legal de controlar a migração, por exemplo, por meio de reagrupamento familiar ou asilo. Ao contrário, muitos países, particularmente na África, Oriente Médio e Ásia, tornam muito difícil ou quase impossível para estrangeiros adquirir direitos e cidadania.

Many countries, particularly in Africa, the Middle East and Asia, make it very difficult or quasi-impossible for foreigners to acquire rights and citizenship. Such denial of fundamental human rights to migrants is much more difficult for democratic states, which also limits their legal ability to control migration, for instance through family reunion or asylum. (HASS; CASTLES, MILLER, 2020: 90)

A NOVA DIREITA EUROPEIA, O POPULISMO NACIONALISTA E A RE-TERRITORIALIZAÇÃO DAS IDENTIDADES

Inúmeros artigos nos jornais e trabalhos acadêmicos foram dedicados, nos últimos anos, para denunciar o crescimento dos partidos de extrema-direita, com foco essencialmente na sua história, líderes e sucessos eleitorais. Todavia, pouco interesse tem se demonstrado acerca do estudo sobre a ideologia desses partidos - os autores se limitam apenas a apontar as semelhanças com as ideologias fascistas e nacional-socialistas do período do entre-guerras. Frequentemente, mesmo quando essas semelhanças não são encontradas, o fato é considerado como prova de que eles escondem sua verdadeira ideologia para poder ter legitimidade (MUDDE, 2000, p. 6). O próprio termo extremismo de direita não é claro, sendo frequentemente usado para fins políticos, para atacar quem não compartilha as crenças “democráticas” ou “progressistas”. Cas Mudde encontrou vinte e seis definições de extremismo de direita na literatura sobre o tema, e nelas cinquenta e oito características diferentes são mencionadas, pelo menos uma vez, e apenas cinco características são mencionadas pela metade dos autores: nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia e Estado forte (MUDDE, 2000, p. 11).

Recentemente, para complicar ainda mais esse caos terminológico, uma grande variedade de novos termos - a maioria variantes ou derivados do termo populismo - apareceram para definir esses partidos: populismo radical de direita, neopopulismo, novo populismo, populismo nacional e populismo xenófobo são alguns dos exemplos. Eles têm em comum o fato de descrever uma forma ou estilo específico de fazer política e de não analisar propriamente a ideologia desses partidos. Dessa forma, Mudde constatava em 2007:

One of the key problems in the field of populist radical right studies is the lack of original research. Despite the plethora of publications that have appeared over the past twenty-five years, the field is still full of "received wisdom" that (so far) has not been tested scientifically. The reason is quite simple: only a very few researchers actually study populist radical right parties themselves. The vast majority of the literature is based almost exclusively upon secondary "analysis" of often highly debatable sources, be they nonacademic studies of populist radical right parties or large cross-national data sets with concomitant methodological and operationalizational problems. (MUDDE, 2007, p. 295)

O autor Jan-Werner Müller elaborou uma lista que ele denomina “*Seven Theses on Populism*”: 1) não são contra o princípio da representação política, tampouco são um tipo de patologia causada por cidadãos irracionais; 2) são antielitistas e antipluralistas; 3) frequentemente usam o argumento de “povo verdadeiro” como argumento contra representantes eleitos em pleitos eleitorais; 4) convocam referendos para confirmar o que acreditam ser a vontade do povo; 5) instrumentalizam o Estado, servem-se do clientelismo de massa, da corrupção e suprimem a sociedade civil crítica; 6) são um perigo para a democracia e não somente para o liberalismo; 7) sua existência obriga os defensores da democracia liberal a refletir sobre os graves problemas de legitimidade de sistemas políticos totalmente afastados "do povo", entendido como um conjunto de cidadãos livres e iguais, e não como casos patológicos de homens e mulheres motivados pela “frustração, raiva e ressentimento” (MÜLLER, 2016, p. 174-179).

Os grupos de extrema-direita radical populista estão em crescimento constante na Europa. Todos esses partidos compartilham uma mesma rejeição das elites (inimigo interno), consideradas corrompidas e afastadas do povo, denunciam a imigração massiva e a islamização (inimigo externo), e criticam a UE e suas instituições. Sem embargo, eles possuem entre eles enormes divergências estratégicas e ideológicas. Urge explicar o porquê do seu enorme sucesso. A globalização e a pós-industrialização - bem como suas consequências econômicas e sociais - não constituem uma explicação

suficiente. O fato de ter um líder carismático, excelentes marqueteiros e uma forte organização partidária pode ajudar, mas não é determinante. A explicação mais plausível para o sucesso desses grupos, derivada de estudos empíricos, encontra-se em três questões que alimentam a narrativa desses partidos: corrupção e fracasso político (populismo), crime e terrorismo (autoritarismo), sociedade multicultural e imigração (nativismo/nacionalismo) (MUDDE, 2007, p. 300).

Na Europa, berço da ideia de Estado-Nação, alguns governos (tanto de esquerda como de direita) tentaram mobilizar as comunidades identitárias (ações afirmativas, apoio na construção de mesquitas, etc.) com o objetivo de obter legitimidade angariando o voto desses grupos. Dessa forma, foram implementadas políticas públicas multiculturais destinadas a preservar a cultura e a religião dessas comunidades. Segundo Michael Walzer, no multiculturalismo contemporâneo “a política de interesse é substituída por uma política de identidade, em que o problema não é a condição material de um grupo, mas o valor da cultura, da história, da forma de vida” (WALZER, 1998, p. 88).

A abordagem étnica da questão social e a abordagem cultural da coesão social formam um jogo perigoso. A chegada da nova onda migratória atual tende a reforçar essas comunidades identitárias já existentes no interior desses Estados e, em consequência, os embates internos. Nesse sentido, a Europa tornou-se um laboratório fascinante para o estudo dos problemas associados à legitimidade, à soberania e à identidade no mundo contemporâneo. Deste modo, a União Europeia instituiu o regime da *Nested Citizenship* – cidadania aninhada –, ilustrada na imagem de bonecas russas, com bonecas menores contidas em bonecas cada vez maiores (KIVISTO; FAIST, 2010, p. 245-250). Não obstante, há poucas evidências para concluir que a cidadania nacional está se tornando uma casca oca, substituída pela cidadania mais expansiva no nível da UE.

Europa também é um palco privilegiado para o estudo do sucesso de partidos populistas nacionalistas de direita, provocado pelo choque geracional, a não integração dos novos imigrantes e a crescente desigualdade econômica e educacional (MICHAUD, 2016, p. 82-92). Christian Joppke (2021b) considera que o multiculturalismo e o neoliberalismo surgiram simultaneamente, entre 1945 e 1975, quando se tinha a percepção de que o capitalismo e a democracia podiam funcionar em harmonia. Será nesse sentido que Joppke questionará se o populismo é uma oposição a esse duplo liberalismo: o econômico dos neoliberais e o cultural dos multiculturalistas. De fato,

quando o populismo de direita contemporâneo aborda principalmente questões culturais e aparece na forma de nativismo e nacionalismo, sua oposição autoconsciente frente ao multiculturalismo é muito mais óbvia.

O receio sobre a identidade cultural supostamente ameaçada também faz aumentar a violência contra imigrantes na UE, sobretudo nos países nórdicos e na Alemanha, contra migrantes africanos e sírios, por exemplo. De acordo com o ministério do interior alemão, em 2015 houve um aumento de 30% de crimes atribuídos à extrema-direita no país em comparação a 2014, registrando 14 mil crimes. Dentre estes eventos, destacam-se os atos de violência e agressão por razões xenofóbicas, registrando 612 casos e 459 pessoas feridas. Ainda existem outros tipos de delitos, como o de propaganda e de incitação ao ódio, que tiveram cerca de 7 mil ocorrências. Já na Suécia, o último relatório de crimes de ódio realizado pelo Conselho Nacional Sueco de Prevenção do Crime, datado de 2014, apontou uma tendência de alta recorde, sendo 14% em relação ao ano anterior. Nesta lista, 7 de 10 casos são crimes relacionados à xenofobia.

Como reação ao multiculturalismo, a extrema-direita populista desenvolve um sentimento de nacionalismo étnico-cultural, que acaba se sobrepondo à ideia do nacionalismo cívico, pautado em valores universais encontrados sobretudo em democracias liberais. O modelo cívico, como já assinalamos, é referente à existência de uma identidade política, e não leva em conta elementos culturais como a religião, a nacionalidade ou etnicidade. Duas teorias explicam por que a “imigração” é o tema cultural central da direita radical:

[...] the ethnic competition thesis explains voting for the radical right on the basis of the ethnicisation of social problems (for example, competition with migrants in the labour market). Then there is the ethnic backlash thesis, which refers to the regulation of cultural differences. The latter concerns the relationship between the political and cultural inclusion of immigrants. Since neither republican colour blindness nor multicultural identity politics seems effective in mitigating ethnic conflicts, the radical right has been able to benefit politically. As a result, these parties have proved to be successful both in republican France and in multicultural Britain (HEINISCH; HOLTZ-BACHA; MAZZOLENI, 2017, p. 80).

As lideranças nacionais-populista, a partir da manipulação desse sentimento de “pânico identitário”, de “insegurança cultural” (BOUVET, 2015) e de “ansiedade cultural” (FIESCHI, 2012), defendem políticas anti-imigração que supostamente seriam a melhor maneira para combater a radicalização e os problemas econômicos europeus.

Eles também manipulam a eurofobia e o anti-europeísmo, que se espalham por grandes setores das populações nacionais, vítimas da globalização e da revolução pós-industrial. Ou seja, mobilizam contra o medo através do medo. O medo, provocado pela “insegurança cultural”, é um estado de preocupação nas representações individuais e coletivas, consequência das mudanças sociais causadas pela globalização e pelo multiculturalismo, que por sua vez tem as suas demandas pautadas não pela igualdade, mas sim pelo direito à diferença (BOUVET, 2015, p. 8-9). O medo como construção social e psicológica das políticas neoliberais afetam os indivíduos em sua vida cotidiana. Desse modo, *“a number of quantitative or experimental studies show that cultural threats to identity are more likely to induce exclusionary reactions to immigrants and multiculturalism than threats to economic well-being”* (KINNVALL, 2014, p. 319).

Rogers Brubaker considera que a causa do ressurgimento do populismo se encontra numa “tempestade perfeita” provocada por um conjunto convergente de crises: econômica, dos refugiados, demográfica, ataques terroristas, ecossistema da mídia digital hiperconectada, enfraquecimento dos partidos políticos e sistemas partidários, midiaticização da política, cultural. Nesse domínio, particularmente

[...] new waves of emancipatory liberalism since the 1960s have created opportunities for populists to attack political correctness and to speak in the name of an aggrieved, symbolically neglected or devalued majority and against the alleged privileging of minorities. These include religious, ethnic, and racial minorities, both immigrant and non-immigrant, on the one hand, and gender and sexual minorities on the other (BRUBAKER, 2001).

De fato, os partidos populistas não só fizeram do medo da imigração o ponto principal de sua plataforma, como também promoveram um elo eleitoral que une medo da imigração e o próprio sucesso populista. (MOUNK, 2019). Ruth Wodak, linguista austríaca conhecida por seu trabalho em análise crítica do discurso, analisa como os populistas de direita constroem com sucesso o medo – relacionado aos vários perigos reais ou imaginários. Eles parecem oferecer respostas simples e claras para todos os medos e desafios, construindo bodes expiatórios e inimigos. Assim sendo,

National as well as ethnic and racialized identities are discursively constructed to create an imaginary of nativist (essentialized) and quasi-natural borders between ‘Us’ and ‘Them’. Differences (of any kind) within ‘the people’ are therefore denied. Populists create a demos which exists above and beyond the divides and diversities of social class and religion, gender and generation. (WODAK, 2015: 9)

Steven Vertovec (2007), no contexto da “nova imigração” que atinge o Reino Unido a partir do início de 1990, cunha o termo “superdiversidade” para descrever as mudanças complexas que ela provocou nas características da população no referente aos padrões de nacionalidade, etnia, idioma, religião, idade, gênero, classe e capital humano. Essa “nova migração”, também denominada “fluxos migratórios mistos”⁷, se interrelaciona com padrões de diversidade pré-existentes das ondas anteriores de migrantes. Vertovec (2015) questiona o paradigma de assimilação que pressupõe que a coesão social requer alguma forma de homogeneidade de base, e que a própria diversidade ameaça a coesão social. Na nova superdiversidade, nenhum grupo único domina.

Porém, nota David Brown (1998), apesar das singularidades de cada país analisado, uma causa comum pode ser assinalada: o debilitamento do Estado-nação e a conseqüente crise de legitimidade. As elites estatais não fornecem justiça social, o que gera desilusão com as promessas desenvolvimentistas e insegurança, provocando uma disrupção social, anomia e o fortalecimento compensatório da legitimidade da etnicidade. (BROWN, 1998). Deste jeito,

Ethnocultural assimilation comes to be perceived as ethnic domination, and civic integration comes to be perceived as a centralising invasion of political autonomy. The intertwining of civic and ethnocultural visions of nationalism has thus given way to new attempts to reintwine civic and ethnocultural nationalism in the service of minorities seeking varying degrees of autonomy from the state (BROWN, 2000, p. 148).

Dessa forma, três tipos de política nacionalista – cívica, etnocultural e multicultural – estão se confrontando e o Estado deve se posicionar, seja adotando uma estratégia corporativista, seja adotando uma estratégia pluralista. Brown resume assim as visões:

Civic nationalism offers a vision of a community of equal citizens; ethnocultural nationalism offers a vision of a community united by a belief in common ancestry and ethnocultural sameness; and multicultural nationalism offers a vision of a community which respects and promotes the cultural autonomy and status equality of its component ethnic groups (BROWN, 2000, p. 122).

⁷ Eles são caracterizados pela combinação de migrantes (temporários e 'circulares' e permanentes), 'voluntários' e 'forçados', internos e internacionais, não documentados e legais, deslocados por conflitos, requerentes de asilo político, comerciantes, estudantes, etc.

Dessa forma, a nova onda populista do século XXI provocou um novo debate: a relação entre nacionalismo e populismo. Alguns acadêmicos consideram que são dois fenômenos distintos e que devem ser analisados de forma separada; já outros consideram que é possível estabelecer relações entre os dois. Atualmente, o chamado “populismo europeu” é denominado de diversas formas: “neopopulismo”, “novo populismo”, “populismo de extrema direita”, populismo de direita”, “ciberpopulismo”, “populismo numérico”, “populismo digital”, etc. Situação semelhante acontece com o chamado “nacionalismo europeu”, que é denominado: “neonacionalismo”, “novo nacionalismo”. Os dois termos também aparecem hifenizados quando alguns autores falam, por exemplo, de “nacional-populismo”.

O tema da *24th Annual Association for the Study of Ethnicity and Nationalism (ASEN) Conference*, em 2014, foi *Nationalism and Belonging*. Os participantes constataram que, com a globalização, algumas formas de nacionalismo se intensificaram - por exemplo o nacionalismo a distância e o das diásporas - mas o Estado-Nação continuava sendo o *locus* central do pertencimento. Mas, afinal, o que é pertencimento? A conferência não fornece nenhuma resposta, considera-o como um conceito pouco teorizado e confuso, e que não havia estudos sobre o que pertencer significaria nos estudos do nacionalismo. Montserrat Guibernau (2013, p. 17) considera que as respostas às perguntas essenciais feitas para determinar pertencimentos, “quem sou eu?” e “quem somos nós?”, apenas se transformam em identidades e se perpetuam no tempo.

Com a transição da sociedade industrial para a pós-industrial, os indivíduos começaram a se sentir ameaçados, não só pelas perspectivas de mobilidade laboral, mas também pela diversidade cultural. De fato, "*Solidarity and equality have been replaced by competition, individualism and the survival of the fittest*" (GUIBERNAU, 2013, p. 20). Esse novo contexto gerou um ressentimento contra o Estado e a sociedade em seu conjunto, especialmente contra os imigrantes. A ansiedade cultural gerada tem provocado debates acalorados sobre os vários modelos de integração, seu sucesso e conveniência, bem como acerca dos limites da tolerância nas democracias liberais. Esses indivíduos que perderam o sentimento de pertencimento são atraídos pelo nacionalismo étnico e a nova direita radical conseguiu capturar esses sentimentos de insegurança e incerteza.

Alguns autores questionam os desdobramentos dessa perspectiva. Por exemplo, Stuart Hall considera que especular com identidades unificadas, completas, seguras e coerentes não passa de uma “fantasia”. A globalização produz um impacto pluralizado

das identidades as tornando mais políticas, diversas e plurais, questionando a identidade fechada de uma cultura nacional (1992, p. 309). Entretanto, a mobilização populista é um fato, o que exige uma resposta a seguinte pergunta: qual é a forma de pertencimento que os populistas de direita estão mobilizando? Bo Stråth responde, afirmando que a partir do final da década de 1970, o pertencimento nacionalista não é mais baseado na construção de instituições que desenvolvam a integração social, promovendo sentimentos de pertencimento e solidariedade, mas nos laços étnicos.

Essentializing ethnic nationalism is the response to the failure to build social community by institutional means, which in turn creates a sense of belonging and solidarity, without any need to resort to the explicit use of the originally psychoanalytical term 'identity'. This response in turn divides Europe and threatens to tear it apart (STRÅTH, 2017, p. 244).

Dessa forma, os laços de solidariedade nacional cívica e socialmente inclusiva e o sentimento de comunidade estão sendo substituídos pelo nacionalismo étnico excludente. Todavia, como constata Simon Bornschier (2010), são as questões culturais decorrentes da “virada identitária” dos anos 1990 que formam a base sobre a qual foi transformado o panorama político europeu. Porém, antes de finalizar o debate presente neste tópico, faz-se necessário um breve esclarecimento.

Markus Wagner e Thomas Meyer (2017) analisaram mais de 500 manifestos partidários de 68 partidos em 17 países europeus entre 1980 e 2014, e concluem que os partidos dominantes tanto da direita e como da esquerda têm cada vez mais “acomodado” as demandas da direita radical, particularmente em relativas à imigração, minorias, lei e ordem. Logo, por um lado, “*the mean position of the mainstream left today is about as authoritarian as the mean radical right position in the 1980s*” (2017, p. 92), e, por outro lado, “*the old radical right programmatic orientations have become the 'new normal'*” (2017, p. 99). Isto posto, o Estado-nação acabaria sendo fortalecido;

The state is still nation-state, and perhaps ever more. But it is so increasingly by way of staging and performative desire, in a context of being starved and hollowed out economically and of society becoming more diverse as a result of international migration. A new nationalism imposes itself in this context through a variety of avenues – the oppositional, the compensatory, but also to fulfill constitutive needs of or even being constituted by neoliberalism itself. Its primary field is membership policy, which is an umbrella term for the policies that regulate immigration and citizenship.” (JOPPKE, 2021, p. 66-67)

Segundo Anthony D. Smith (2007) o processo de formação das nações é histórico e inclui uma autodefinição, a criação de mitos e lembranças, a territorialização, uma cultura pública distintiva e a elaboração de leis. Os recursos culturais são essenciais porque servem como “fundamentos sagrados” (elementos subjetivos de vontade, devoção e fé) da identidade nacional: mitos sobre origens e ancestralidade, mitos sobre missão especial do grupo, apegos coletivos a terras ancestrais sagradas, mitos-memórias de idades de ouro e ideais de sacrifício e destino. Desta maneira, identificar o nacionalismo com a direita demonstraria, para alguns autores, um total desconhecimento do que é nacionalismo:

Identifying nationalism exclusively with the political right means misunderstanding the nature of nationalism and ignoring how deeply it has shaped almost all modern political ideologies, including liberal and progressive ones. It has provided the ideological foundation for institutions such as democracy, the welfare state, and public education, all of which were justified in the name of a unified people with a shared sense of purpose and mutual obligation. Nationalism was one of the great motivating forces that helped beat back Nazi Germany and imperial Japan. And nationalists liberated the large majority of humanity from European colonial domination. Nationalism is not an irrational sentiment that can be banished from contemporary politics through enlightening education; it is one of the modern world's foundational principles and is more widely accepted than its critics acknowledge (...) With few exceptions, we are all nationalists today." (WIMMER, 2019, p. 28).

“WEAPONS OF MASS MIGRATION”, TRANSNACIONALISMO RELIGIOSO E A SECURITIZAÇÃO DO MEDO

Em seu livro *Weapons of mass migration*, Kelly Greenhill (2010, p. 75-130) analisa como as democracias liberais são particularmente vulneráveis à chamada diplomacia coercitiva envolvendo migrantes internacionais. O diásporismo e as diásporas étnico-nacionais não constituem um fenômeno recente e moderno, mas nas últimas três décadas o número total de diásporas estabelecidas e o número de seus membros aumentaram visivelmente e alteraram suas tendências assimilacionistas, integracionistas ou aculturacionistas anteriores - e não escondem suas origens e afiliações étnico-nacionais. Segundo Sheffer, essas identidades não são “imaginadas”, nem inventadas, mas são conjunções entrelaçadas de elementos essenciais, psicológicos/míticos e instrumentais (2006, p. 7). Além disso,

because of their growing self-confidence and assertiveness, many diasporans proudly maintain their ethno-national identity, retain their

homeland citizenship, openly identify as members of diaspora organizations, and are not reluctant to act publicly on behalf of their homelands and dispersed co-ethnic (SHEFFER, 2006: 3).

Segundo Kelly Greenhill (2010, p. 211), as crises migratórias tendem a dividir as sociedades em pelo menos dois grupos mutuamente excludentes e muitas vezes altamente mobilizados: o campo pró-refugiados/migrantes e o campo anti-refugiados/migrantes. Nesse sentido, a *Coercive Engineered Migration* (CEM), terá maior probabilidade de sucesso quando a sociedade receptora estiver muito dividida entre os grupos a favor e contra do grupo de refugiados/migrantes. Entretanto, a CEM começou a funcionar apenas após a crise migratória ser considerada uma motivação estratégica a serviço de interesses e objetivos identificáveis e articulados – além de levar em conta uma possível percepção de intenção coercitiva. Segundo Greenhill, o uso das crises migratórias como meio de coerção, entendida como a capacidade de fazer um ator fazer algo que ele preferiria não fazer, foi praticado em 81% dos casos documentados até agora, como meio de coerção assimétrica de Estados relativamente fortes por atores estatais e não estatais relativamente fracos. E, em cerca de 70% desses casos, os alvos têm sido as democracias liberais (GREENHILL, 2018, p. 206).

É seguindo essa linha de raciocínio que podemos identificar como é articulada a securitização do medo. Mas antes precisamos entender um ponto importante que é mobilizado pelos partidos de extrema-direita na Europa e utilizado como ferramenta de controle do medo: o transnacionalismo religioso. Geralmente os imigrantes assim que chegam aos seus destinos começam a se organizar coletivamente para fins de culto religioso e para que seus direitos culturais sejam reconhecidos legalmente. A reprodução religiosa e cultural nas gerações subsequentes, que nasceram e foram criadas em ambientes pós-migração, é afetada pelo contexto, já que identidades não são fixas e tendem a mudar para definir e posicionar grupos e indivíduos à luz dos contextos circundantes:

[...] education in Western schools and the inculcation of discursive practices belonging to secular and civil society; youth dissatisfaction with conservative community leaders and religious teachers who do not understand the position of post-migrant youth; growth of 'vernacular' religious traditions across Europe; compartmentalization of religion; and immersion in American/European popular youth culture (VERTOVEC, 2009, p. 140).

Seguindo o estudo de caso deste ensaio, a Europa, e utilizando-se como exemplo o Islã – que seria o denominador comum para grande parte da população imigrante pós-colonial –, poderíamos afirmar que essa “comunidade transnacional imaginada” gira em torno do pan-islamismo como identidade unificadora, não territorializada, materializada por meio de discursos, símbolos, imagens e objetos.

These communities are guided by a de-territorialised “imagined geography”, in which the rhetoric of the umma, or global Muslim community, nourishes and gives rise to a form of transnational nationalism, or a type of nationalism without territory that should be conceived as a new historical stage in nationalism, by developing, in particular, a unifying narrative around current issues (KASTORYANO, 2018, p. 70).

O transnacionalismo religioso teria se intensificado por causa da revolução das comunicações. A criação de redes transnacionais pôde melhorar a religiosidade individual, mas também pôde gerar tensões entre as hierarquias religiosas e essa atividade religiosa popular apoiada pelos crentes. As segunda e terceira geração de migrantes muçulmanos teriam um leque de trajetórias possíveis de identidade e tradição na diáspora:

(1) the secular option – discarding Muslim identity altogether; (2) the cooperative option – playing on Muslim identity in the process of pursuing common goals with other groups; (3) the cultural option – maintaining particular social and cultural practices without much religious sentiment; (4) the religious option – emphasizing wholly scriptural modes of religious affiliation at the expense of cultural aspects (an option described by some as ‘fundamentalist’); (5) the ethnic-religious option – perpetuating a specific national or regional form of Islam (e.g. Moroccan); (6) the behavioural option – expressing Islamic tenets through moral or ritual behaviour only; and (7) the ideological option – identifying with or opposing the ‘official’ Islam of a particular home country (VERTOVEC, 2009: 154-155).

Dessa forma, existe uma comunidade muçulmana mundial “reimaginada”, na qual os vínculos nacionais, religiosos e mundanos são todos misturados num mundo globalizado. Este nacionalismo não territorial, transnacional, difere do “nacionalismo de longa distância” – novo tipo de nacionalismo gerado pelo desenvolvimento do capitalismo – proposto por Benedict Anderson e do “nacionalismo da diáspora” – grupo percebido como minoria devido a sua religião ou língua e que é excluído do poder político – proposto por Ernest Gellner.

Riva Kastoryano (2018) considera que, paradoxalmente, essas comunidades “*Bringing the State Back in*”, uma vez que os Estados de origem desses imigrantes

agora se beneficiam das solidariedades transnacionais territoriais e não territoriais para implementar suas “políticas da diáspora”, a fim de propagar o nacionalismo oficial da nação. Os atores principais dessas políticas são os “*private ambassadors*”, os “*ethnic entrepreneurs*” e os representantes eleitos nos parlamentos do país de assentamento e de cidadania.

Desde a década de 1980 há um processo de politização do Islã. Turquia e Marrocos, os países mais ativos nessas políticas transnacionais destinadas as diásporas que moram na Europa, difundem um "Islã nacional", em oposição ao "Islã global". Ambos os países, que contam com cidadãos em quase todos os países da Europa e têm relações especiais com a União Europeia, criaram ministérios específicos para a imigração e integração de seus cidadãos no exterior numa diáspora global imaginada como nação global. A retórica gira em torno de tema da proteção dos muçulmanos como minoria, lutando contra a exclusão e a islamofobia do crescente populismo.

Como reação, muitos países institucionalizam o Islã na tentativa de nacionalizá-lo, de reterritorializá-lo, evitando assim essas influências externas.

The objective then is to counter non-territorial solidarity expressed in global religious terms, which often follow any extremist interpretation of Islam diffused by the Internet, which attracts the young generation, urging them to reject any or all national identification, to develop a new “ethnic” pride, a sense of community whose attributes are drawn out of a radical interpretation of Islam, its values and power to mobilise, essentially creating the foundations of a “moral identity”, as a basis of a global identification (KASTORYANO, 2018: 77).

De fato, apesar dos perceptíveis processos de secularização em curso entre muitos membros de diásporas etnonacionais, ainda é difícil separar sentimentos e crenças religiosas de outros elementos culturais que constituem o componente primordial de uma identidade. Assim, a chamada “diáspora muçulmana” está sendo politizada por uma ala específica desta comunidade – comumente mais radicalizada – baseada na ideia de que, apesar da multiplicidade de seus países de origem, os muçulmanos têm muito em comum e, portanto, devem se organizar e atuar como entidades sócio-políticas coesas em seus países de acolhimento. (SHEFFER, 2006, p. 66-67).

A primeira geração possuía outras características:

The first generation of North African immigrants to France was broadly secular, as was the first generation of Turkish immigrants to Germany. By contrast, the first wave of South Asian

immigrants to arrive in the United Kingdom after World War II was more religious. Yet even they thought of themselves not as Muslims first but as Punjabis or Bengalis or Sylhetis. Although pious, they wore their faith lightly. Many men drank alcohol. Few women wore a hijab, let alone a burqa or a niqab (a full-faced veil). Most attended mosque only occasionally. Islam was not, in their eyes, an all-encompassing philosophy. Their faith defined their relationship with God, not a sacrosanct public identity. (MALIK, 2015, p. 26)

Destarte, esses jovens da segunda e terceira geração pretendem desenvolver um novo Islã, seja “moderno” ou radical. O país da cidadania lhes fornece apenas os direitos e a base territorial da ação, sendo uma referência imaginária, abstrata e politizada em nome da Jihad e na conquista do califado. É necessário lembrar que *“most members of contemporary established diasporas do not regard their host countries as places of exile, and they intend to remain permanently in their host countries”* (SHEFFER, 2006, p. 143). No entanto, não podemos generalizar esta narrativa abarcando por completo toda a comunidade muçulmana. Deve-se levar em consideração, como já argumentamos anteriormente, que os imigrantes não são coesos e certamente não compartilham entre si a totalidade de suas visões. Apenas evidencia-se aqui que uma certa ala desta comunidade tende a seguir as características mencionadas anteriormente, o que causa certo desconforto na sociedade europeia, como veremos a seguir.

Os ataques terroristas nos Estados Unidos e na Europa produziram uma securitização da governança da imigração, processo que já vinha sendo alimentado por uma preocupação de longa data sobre o impacto da imigração na segurança do emprego, criminalidade, identidade nacional e coesão social (ADAMSON, 2006). As políticas de segurança geram um clima de medo, no qual percepções negativas de imigrantes e grupos minoritários são alimentadas pela mídia e pelos políticos.

The growth of a climate of fear, reciprocally, affects the policy agenda as well as political attitudes and intergroup relations. Contributions from the fields of political psychology and developmental psychology provide evidence, for example, that native-born individuals predisposed to anxiety are more likely to espouse conservative political ideologies—as illustrated by the rise of ultraconservative and extremist right-wing parties in many European countries. (CHEBEL D'APPOLLONIA, 2015, p. 6)

Após o caso Rushdie e a Guerra do Golfo, que pareciam comprovar o abismo entre os chamados “valores” ocidentais e os islâmicos, houve na Europa um aumento do medo da diáspora muçulmana, a islamofobia. Esta situação suscitou inúmeros debates

sobre a diáspora muçulmana, por um lado, incluindo seus direitos e obrigações como minorias no Ocidente e, por outro lado, sobre o desenvolvimento de uma consciência cívica e suas lealdades na mobilização transnacional muçulmana.

De fato, nas últimas décadas, houve uma série de fatos que foram considerados por políticos extremistas como uma evidência adicional de que o Islã constitui uma ameaça fundamental para as sociedades ocidentais modernas. Por exemplo, o aumento das insurgências islâmicas no Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria, o assassinato do cineasta Theo van Gogh por um extremista islâmico na Holanda em 2004 e a onda de ataques terroristas em várias cidades europeias, incluindo Madri, Londres, Bruxelas e Paris. Mesmo se esses ataques são perpetrados por uma pequena minoria de terroristas de origem muçulmana e que a grande maioria dos muçulmanos não apoie tais movimentos radicais, o fenômeno da radicalização religiosa e os ataques violentos de extremistas islâmicos são questões de séria preocupação da esfera pública europeia. Dessa forma, na década de 2010, partidos e políticos concorrendo em uma plataforma explicitamente anti-imigração e anti-islã, tiveram grandes ganhos eleitorais, resultando na votação do Brexit no Reino Unido e na eleição de Trump como presidente dos EUA em 2016.

Mas, afinal, por que os imigrantes se tornam um objeto especial de formulação de políticas nacionalistas nos diferentes Estados? Andreas Wimmer e Nina Glick Schiller (2002, p. 308-309) consideram que os imigrantes destroem os isoformismos sobre os quais foram construídos os Estados-nação: entre povo, soberano e cidadania; entre as pessoas e a nação; entre as pessoas e o grupo de solidariedade. Os imigrantes, considerados de forma reificada e essencialista, são considerados como potenciais riscos para a segurança.

O ETNOPLURALISMO E A NARRATIVA POPULISTA DE EXTREMA-DIREITA

Seguindo essa lógica populista de extrema-direita, o intelectual da Nova Direita francesa, Alain de Benoist, chamou de “etnopluralismo” a defesa da variedade das culturas do mundo, incorporando explicitamente do multiculturalismo o “direito à diferença”, mas desloca seu ponto de referência das minorias para a maioria e, assim, transforma o direito à diferença na rejeição da diversidade intraestatal, ao extremo, para apelar à expulsão das minorias. David Art (2011), baseado em recentes pesquisas, conclui que as explicações do populismo pelo lado da demanda – particularmente a

imigração – não explicam o sucesso eleitoral da extrema-direita. Contudo, as pesquisas de opinião pública denotam que uma porcentagem significativa de europeus tende a apoiar posições sobre imigração que são próximas às da direita radical. Nesse sentido, a imigração é uma condição necessária para o sucesso da direita radical, embora claramente não seja suficiente.

Segundo Roger Eatwell e Matthew Goodwin (2018), o populismo hodierno se caracteriza por se opor ao que poderia ser chamado de "consenso liberal", dominado por pessoas que tendem a ter maior nível de escolaridade e baseado nos direitos das chamadas minorias e políticas de inclusão. Essas elites cosmopolitas, que enfatizam os direitos individuais sobre as obrigações coletivas e a solidariedade, por sua vez, frequentemente consideram as massas como irracionais. Eatwell e Goodwin mencionam como as razões para o surgimento dos movimentos nacional populistas os 4'Ds': *Distrust, Destruction, Deprivation e Dealignment* – respectivamente: desconfiança, destruição, privação e desalinhamento. Essas questões estão profundamente enraizadas e surgiram muito antes da crise migratória na Europa, em 2015, ou da Grande Recessão, de 2008.

As massas desconfiam da classe política em geral - não apenas de alguns partidos, da direita ou da esquerda - pois elas têm a sensação de que estão perdendo espaço na sociedade em comparação com os outros, e por isso têm medo do futuro e estão se distanciando gradualmente dos partidos tradicionais. As massas também sentem que a identidade e o orgulho nacional estão sendo desafiados pela rápida mudança econômica e, em alguns países, pela imigração. Elas questionam a capacidade das sociedades ocidentais de absorver rapidamente as taxas de imigração e a mudança *hyper ethnic* que são, em alguns países, sem precedentes na história da civilização moderna. Mesmo em países como a Hungria e a Polônia, com níveis relativamente baixos de imigração, esta percepção é muito forte. Nessa lógica, Eatwell e Goodwin consideram que o nacional-populismo será um fenômeno durável mas que tem sido muito pouco estudado:

Sometimes more than half of the populations in the West express views that are broadly in "line with national populism. But over the past three decades liberal-left politicians and commentators have routinely underestimated the reach and potency of national populism, dismissing it as a narrow refuge for 'old white men', ignorant racists or anti-democrats who, like the inter-war fascists, want to tear down political institutions (Eatwell e Goodwin, 2018, p. 448-449).

Alguns autores consideram que destes quatro fatores o mais importante é o cultural. Por exemplo, Ronald Inglehart y Pippa Norris afirmam:

We hypothesize that long-term structural changes in high-income post-industrial societies have been at the heart of culture shifts, particularly intergenerational population replacement, the rapid expansion of access to tertiary education, the growth of gender equality, migration flows creating societies that are more socially diverse, and processes of urbanization. In Western democracies, we argue that these structural developments have gradually eroded traditional bedrock identities that prevailed well into the twentieth century (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 88).

Já Rogers Brubaker argumenta que os nacionais-populistas na Europa do Norte e Ocidental, especificamente os da Holanda, França, Escandinávia, Bélgica, Áustria e Suíça, diferenciam-se dos outros por interpretar a oposição entre o eu e o outro, não em termos estritamente nacionais, mas em termos civilizacionais mais amplos. A ameaça civilizacional do Islã fez surgir uma nova configuração com múltiplos paradoxos referentes a partidos frequentemente caracterizados como “extrema direita” – notadamente as invocações iliberais do liberalismo, a crescente identidade “cristã” na região mais secularizada do mundo e a adoção da retórica liberal: “*The preoccupation with Islam has given rise to an identitarian “Christianism”, a secularist posture, a philosemitic stance, and an ostensibly liberal defence of gender equality, gay rights, and freedom of speech*” (BRUBAKER, 2017, p. 1193).

Assim, os movimentos populistas de direita, em face disso, estariam ligados ao protesto contra a desintegração do Estado social, à denúncia da globalização e à recusa dos imigrantes. As elites liberais, ao estigmatizar o populismo, evitam confrontar as razões dos protestos canalizados pelos partidos populistas - sejam eles de direita ou de esquerda. Os populistas de esquerda, por sua vez, evitam se posicionar sobre a questão da migração que é, segundo Colliot-Thélène, “*one of the main challenges facing democracies in the twenty-first century*” (2029, p. 26). Rogers Brubaker assinala uma outra diferença entre os populismos de esquerda e de direita. Os primeiros enfatizam a marginalidade econômica da elite e seus compromissos econômicos globais, e os segundos:

[...] are more likely to emphasise elites’ cultural outsiderhood. They criticise elites for welcoming immigrants and financially supporting refugees while neglecting the hard-working ‘native’ population, and for favouring mixing and multi-culturalism while denouncing

ordinary people as racist and Islamophobic (BRUBAKER, 2019, p. 31).

O populismo de direita considera as elites *rootless cosmopolitans* (cosmopolitas sem raízes):

They are represented as being concerned with the rights and welfare of distant others but indifferent to the struggles of proximate brothers and sisters, and as favoring a world without borders, regardless of its destructive effects on the bounded solidarities of nation and community. They are criticized for welcoming immigrants and refugees; for favoring mixing and multiculturalism; for speaking for minorities rather than the majority; and for condescendingly denouncing ordinary people as racist and Islamophobic (BRUBAKER, 2017, p. 1192).

Dessa forma, os imigrantes são vistos como uma ameaça que exigiria três tipos de protecionismo: econômico – mão de obra barata que concorre com os nacionais –, securitário – terrorismo e crime – e cultural – religião, idioma, vestuário, comportamento corporal, comida e modos de uso do espaço público.

CONCLUSÃO

O poder da migração como fator de mudança social nas sociedades emissoras e anfitriãs depende de três fatores: a quantidade de pessoas envolvidas, a duração do movimento – permanente ou cíclico – e sua composição de classe e capital cultural. Todavia, o potencial transformador da migração é limitado, pois os pilares fundamentais das nações europeias permaneceram intactos, mesmo se algumas comunidades marginalizadas ameaçam a ordem social e cultural básica dessas sociedades.

[...] despite high numbers, migration flows can leave intact and even buttress the fundamental constitutive elements of receiving societies. To affirm that migration is truly transforming them, one would have to demonstrate that its change-inducing potential is reaching such elements. This happens only under exceptional conditions (PORTES, 2010, p. 1556).

Cathérine Colliot-Thélène (2019) considera que existe uma narrativa dominante na Europa que consiste em uma concepção fixa de “normalidade” política (a *sensus communis*), que estabelece os limites entre as opiniões que são aceitáveis à expressão pública e aquelas que são proscritas ou consideradas suspeitas. Ela elenca, dentro desses elementos heterogêneos que refletem uma adesão aos valores humanistas e a aceitação da globalização neoliberal, os seguintes:

the necessity of specific institutional arrangements, adherence to certain values, such as the condemnation of racism and other categories of discrimination (against women, homosexuals and so forth), but also the support of a particular economic policy, the key words of which are freedom of markets, budgetary rigor and labour flexibility (COLLIOT-THÉLÈNE, 2019, p. 18).

Seguindo este raciocínio, Gabriel Sheffer (2006) questiona se, de fato, as diásporas étnicas são tão perniciosas como afirmam franceses, alemães, britânicos, holandeses, dinamarqueses, americanos e outros racistas, xenófobos e nacionalistas. Como Sheffer argumentou, apenas pequenas minorias dentro das diásporas transnacionais negam a possibilidade de lealdade a seu novo Estado de residência. Assim sendo, *“the almost unavoidable and somewhat paradoxical conclusion is that in this age of expanding post-nationalism, most, though not all, members of those truly trans-state entities strongly support the nation-state idea and practices”* (SHEFFER, 2006, p. 209). Isto posto, os objetivos das diásporas, em tese, tem bases legais e comumente são de natureza diplomática, econômica e, algumas vezes, social.

Os conflitos atuais envolvendo diásporas, conclui Sheffer, não são provocados por elas. Sendo assim, *“a common feature in most of the recent altercations in host countries involving diasporas is that usually they seem to have been initiated by hostile elements in the host societies, rather than by diasporans”* (SHEFFER, 2006, p. 211). Como já abordado, seria a militância direitista e racista dos Estados receptores a causa das hostilidades. As diásporas étnico-nacionais seriam, segundo o autor, exemplos e defensoras do pluralismo cultural e do multiculturalismo, e até mesmo um exemplo para o mundo diaspórico, já que elas *“occupy a special niche in the ethnic mosaic that is taking shape in the world today [...] Of even greater significance is the potential for ethno-national diasporas to serve as examples and champions of cultural pluralism and even multiculturalism”* (SHEFFER, 2006, p. 216).

Bello, nessa mesma linha de argumentação, considera que só com a integração dos migrantes de forma justa e inclusiva o combate ao preconceito será bem sucedido. Isso deveria significar abandonar os dois modelos principais da atualidade, o assimilacionista e o multiculturalista, e aplicar um modelo diferente, o interculturalista. O objetivo seria a inclusão em vez de integração de recém-chegados em vez de migrantes, em estados interculturais em vez de estados-nação.

In a postmodern inclusive state, solidarity would play the role that the idea of the nation has accomplished in the past two centuries. This solidarity is indeed possible as it emerges from the idea that we are all human beings entitled to human rights and human security. This inclusive post-nationalism would not exclude cultures or feelings of belonging; studies of transnationalism have illustrated that people can identify with different cultural settings according to the context in which they are interacting (BELLO, 2017, p. 145).

Contudo, alguns autores consideram uma das causas da onda nacionalista atual nas sociedades contemporâneas seria a presença de minorias étnicas, que questionam as ideologias do Estado-nação e as ideias e mitos concomitantes sobre ancestralidade, identidade e cultura comuns. Esse fenômeno inclusive não aconteceria apenas na Europa:

Opposition to immigration in East Asian countries such as Japan and South Korea is linked to the idea that it would threaten ethnic 'homogeneity'. Recent experiences of post-colonial nation building in much of Africa and the Middle East and the concomitant need to construct a particular national identity have regularly coincided with racism, discrimination and sometimes violence against migrant and non-migrant groups that were not seen as fitting into the new nation. For instance, there has been a rise of nativist discourses in parallel with an increased politicization of migration throughout much of Africa (HASS; CASTLES; MILLER, 2020, p. 79).

Em resumo, o Estado-nação moderno implica uma ligação estreita entre pertencimento cultural e identidade política e, portanto, é crucial definir quem é cidadão, como os recém-chegados podem se tornar cidadãos e o que significa cidadania. A imigração de pessoas culturalmente diversas apresenta então aos Estados-nação um dilema: *“incorporation of the newcomers as citizens may undermine myths of cultural homogeneity; but failure to incorporate them may lead to divided societies, marked by severe inequality and conflict”* (HASS; CASTLES; MILLER, 2020, p. 85).

Os modelos tradicionais de relação entre Estado e nação são particularmente desafiados, como já foi evocado, pelo aumento da migração internacional e pelo crescimento concomitante da diversidade étnica. Essas situações podem levar ao aumento da “consciência transnacional” ou das “lealdades divididas” e minar o ideal nacionalista de homogeneidade cultural. A saída seria redefinir a nação e a cidadania - mas isso não é tão simples assim e todos se fazem as mesmas perguntas: *“how can a nation be defined, if not in terms of a shared (and single) ethnic identity? How are core values and behavioural norms to be laid down, if there is a plurality of cultures and traditions?”* (HASS; CASTLES; MILLER, 2020, p. 87).

Nesse sentido, hoje a Europa está dividida entre dois grupos, por um lado, os críticos do multiculturalismo, que consideram que a imigração em massa, sem exigir integração, erodiu a coesão social, minou as identidades nacionais, e degradou confiança pública. Isso tudo num momento em que a solidariedade social não se faz em termos políticos, mas sim em termos de o etnia, cultura ou fé. Por outro lado, os defensores do multiculturalismo que consideram que o problema não é o excesso de diversidade, mas o excesso de racismo que não significaria simplesmente a negação de direitos iguais, mas também a negação o direito de ser diferente. (MALIK, 2015).

Em outubro de 2020, o presidente francês Emmanuel Macron denunciava a “ideologia” do “separatismo islamista”, que ele definia assim:

C'est un projet conscient, théorisé, politico-religieux, qui se concrétise par des écarts répétés avec les valeurs de la République, qui se traduit souvent par la constitution d'une contre-société et dont les manifestations sont la déscolarisation des enfants, le développement de pratiques sportives, culturelles, communautarisées qui sont le prétexte pour l'enseignement de principes qui ne sont pas conformes aux lois de la République. C'est l'endoctrinement et, par celui-ci, la négation de nos principes, l'égalité entre les femmes et les hommes, la dignité humaine.⁸

Em síntese, atualmente existem inúmeros indícios de que está acontecendo um processo de desglobalização, o que implica que o processo de reterritorialização e politização das diásporas continuará no centro da agenda internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMSON, Fiona B. "Crossing Borders: International Migration and National Security", **International Security**, Vol. 31, No. 1, Summer, 2006, p. 165-199.

ADAMSON, Fiona. B. & DEMETRIOU, Madeleine, "Remapping the boundaries of 'state' and 'national identity': Incorporating diasporas into IR theorizing", **European Journal of International Relations**, 13 (4), 2007, p. 489–526.

ADAMSON, Fiona B., TSOURAPAS, Gerasios, "Migration Diplomacy in World Politics", **International Studies Perspectives**, 20, 2019, p. 113–128.

⁸ *Le Monde*. (2020). “Notre République a laissé faire la ghettoïsation”: extraits du discours de Macron”, 02 de octobre. Disponível em https://www.lemonde.fr/politique/article/2020/10/02/notre-republique-a-laisse-faire-la-ghettoisation-extraits-du-discours-de-macron_6054575_823448.html

ADAMSON, Fiona B. Non-state authoritarianism and diaspora politics, **Global Networks** 20, 1, 2020, p.150–169.

AHEARNE, Jeremy. “Cultural insecurity and its discursive crystallisation in contemporary France”, **Modern & Contemporary France**, 25:3, 2017, p. 265-280.

ANDERSON, Benedict. (1994) ‘**Exodus**’, *Critical Inquiry*, 20(2): 314-327.

ART, David. **Inside the Radical Right**. The Development of Anti-immigrant Parties in Western Europe, New York/ Cambridge University Press, 2011.

BELLO, Valeria. **International Migration and International Security**. Why Prejudice Is a Global Security Threat, London and New York: Routledge, 2017.

CASEY, Louise. **The Casey Review**. A review into opportunity and integration. London: Department for Communities and Local Government, december 2016. Disponível em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/575973/The_Casey_Review_Report.pdf, acesso em 11/01/2017)

BECK, Ulrich. **The cosmopolitan Vision**. Cambridge : Polity Press, 2006.

BOCK-CÔTÉ, Mathieu. Le multiculturalisme comme religion politique. Paris: **Les Éditions du Cerf**, 2016.

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

BORNSCHIER, Simon. **Cleavage Politics and the Populist Right**. The New Cultural Conflict in Western Europe, Philadelphia: Temple University Press, 2020.

BRINKERHOFF, Jennifer M. **Digital Diasporas/ Identity and Transnational Engagement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BROWN, David. ‘Why is the nation-state so vulnerable to ethnic nationalism?’, **Nations and Nationalism**, vol. 4 (1998), nº 1, p. 1-15.

BROWN, David. **Contemporary Nationalism**. Civil, ethnocultural and multicultural politics, London and New York/ Routledge, 2000.

Brubaker, R. (2001). The return of assimilation? Changing perspectives on immigration and its sequels in France, Germany, and the United States. **Ethnic and Racial Studies**, 24(4), 531–548.

BRUBAKER, Rogers. “The ‘diaspora’ diaspora”, *Ethnic and Racial Studies*, 28-1, 2005, 1-19.

BRUBAKER, Rogers. The Return of Assimilation? Changing Perspectives on Immigration and its Sequels in France, Germany, and the United States in: C. Joppke and E. Morawska. **Toward Assimilation and Citizenship: Immigrants in Liberal Nation-States**, Londres: Palgrave Macmillan, 2014, p. 39-58.

BRUBAKER, Rogers, "Between Nationalism and Civilizationism: The European Populist Moment in Comparative Perspective", *Ethnic and Racial Studies*, 40, n. 8, 2017, p. 1191-1226.

BRUBAKER, Rogers. Why populism? In: FITZI, G., MACKERT, J., TURNER, B. S. (ed.), **Populism and the Crisis of Democracy**. Volume 1: Concepts and Theory, London and New York: Routledge, 2019, p. 27-46.

CHEBEL D'APPOLLONIA, Ariane. **Migrant Mobilization and Securitization in the US and Europe**. How Does It Feel to Be a Threat?, New York: Palgrave, 2015.

CINALLI, Manlio, JACOBSON, David. From Borders to Seams: The Role of Citizenship

In: M. Ambrosini, M. Cinalli and D. Jacobson. **Migration, Borders and Citizenship**. Between Policy and Public Spheres, Cham: Springer, 2020, p. 27-45.

COLLIOT-THÉLÈNE, Cathérine, Populism as a conceptual problem in: In: FITZI, G., MACKERT, J., TURNER, B. S. (ed.), **Populism and the Crisis of Democracy**. Volume 1: Concepts and Theory, London and New York: Routledge, 2019, p. 17-26.

CONVERSI, Daniele (2012) Irresponsible Radicalisation: Diasporas, Globalisation and Long-Distance Nationalism in the Digital Age, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38:9, 1357-1379.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **National Populism: The Revolt Against Liberal Democracy**, London: Pelican Books, 2018.

ERIKSEN, Thomas Hylland (2007), 'Nationalism and the Internet', *Nations and Nationalism*, 13(1), 2007, p. 117.

FRIEDMAN , Jonathan. Global Crises, the Struggle for Cultural Identity and Intellectual Porkbarrelling: Cosmopolitans versus Locals, Ethnics and Nationals in an Era of De-hegemonisation in: P. Werbner and T. Modood. Debating Cultural Hybridity. **Multicultural Identities and the politics of Anti-racism**, London: Zed Books, 2015, p. 70-89.

FUKUYAMA, Francis. **Identity**. The demand for dignitiy and the politics of resentment, New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018.

GAMLEN, Alan, CUMMINGS, Michael E., VAALER, Paul M. "Explaining the rise of diaspora institutions", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 2019, p. 492-516.

GILBOA, Eytan. Theorising diaspora diplomacy in: KENNEDY, Liam (Ed.). **Routledge International Handbook of Diaspora Diplomacy**, New York and London: Routledge, 2021, p. 379-392.

GREENHILL, Kelly M. **Weapons of Mass Migration**. Forced Displacement, Coercion, and Foreign Policy, Ithaca, NY, Cornell University Press, 2010.

GREENHILL, Kelly. Migration as a Coercive Weapon. New Evidence from the Middle East in: K. M. Greenhill and P. Krause. Coercion. **The Power to Hurt in International Politics**, New York: Oxford University Press, 2018, p. 204-227.

GROSSMAN, Jonathan (2018): "Toward a definition of diaspora", **Ethnic and Racial Studies**, DOI: 10.1080/01419870.2018.1550261

GUIBERNAU, Montserrat. Belonging. **Solidarity and Division in Modern Societies**, Cambridge-UK/Malden-USA : Polity Press, 2013.

HALL, Stuart. The question of cultural identity in: S. Hall, D. Held e T. McGrew. Modernity and its futures, **Cambridge: Politic Press/Open University Press**,1992, p. 273-316.

HASS, Hein, CASTLES, Stephen, MILLER, Mark. **The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World**, London/ Macmillan, Red Globe Press, Sixth Edition, 2020.

HEINISCH, Reinhard, HOLTZ-BACHA, Christina, MAZZOLENI, Oscar. **Political Populism**. A Handbook, Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2017.

HEYWOOD, Andrew. Multiculturalismo IN: **Ideologias políticas 2** - do feminismo ao multiculturalismo. São Paulo: Editora Ática, 2010.

HOBSBAWM Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HOLLIFIELD, James. F. 2004. "The Emerging Migration State", *International Migration Review* 38(3): 885–912.

HUNTINGTON, Samuel P. **Who Are We? The Challenges to America's National Identity**, New York/ Simon & Schuster, 2004.

IKENBERRY, John. "The End of Liberal International Order?" *International Affairs* 94(1), 2018, p. 7–23.

JENKINS, Brian; SOFOS, Spyros A. Nation and nationalism in contemporary Europe: a theoretical perspective IN: **Nation and Identity in Contemporary Europe**, London/New York: Routledge, 2005, pp. 7- 30.

JOPPKE, Christian. **Neoliberal Nationalism**. Immigration and the Rise of the Popular Right, Cambridge, United Kingdom; New York, NY / Cambridge University Press, 2021.

JOPPKE, Christian. **Populism and the double liberalism**: exploring the links. *Theor Soc*, 2021 (b).

KASTORYANO, Riva. Transnational nationalism: redefining nation and territory in: Seyla Benhabib, Ian Shapiro, and Danilo Petranovic', **Identities, Affiliations, and Allegiances**, Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 159-178.

KASTORYANO, Riva. Transnational Politics of Integration and an “Imagined Global Diaspora” in: FOSSUM, John Erik, KASTORYANO, Riva, SIIM, Birte. **Diversity and Contestations over Nationalism in Europe and Canada**, London: Palgrave Macmillan, 2018, p. 63-87.

KIVISTO, Peter, FAIST, Thomas. **Beyond a border**. The causes and consequences of contemporary immigration, London: Sage, 2010.

MACKERT, Jürgen. Introduction. Is there such a thing as populism? In: FITZI, G., MACKERT, J., TURNER, B. S. (ed.), **Populism and the Crisis of Democracy**. Volume 1: Concepts and Theory, London and New York: Routledge, 2019, p. 1-13.

MALIK, Kenan. “The Failure of Multiculturalism. Community Versus Society in Europe”, **Foreign Affairs** 94, n° 2, march/April 2015, 21-32
<https://www.foreignaffairs.com/articles/western-europe/2015-02-18/failure-multiculturalism>

MICHAUD, Yves. **Contre la bienveillance**. Paris: Éditions Stock, 2016.

MALEŠEVIĆ, Siniša. **Grounded Nationalisms**. A Sociological Analysis. New York: Cambridge University Press, 2019.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la, São Paulo/ Companhia das Letras, 2019.

MODOOD, Tariq; TRIANDAFYLLIDOU, Anna; ZAPATA-BARRERO, Ricard. European challenges to multicultural citizenship: Muslims, secularism and beyond In: T. Modood, A. Triandafyllidou, R. Zapata-Barrero. **Multiculturalism, Muslims and Citizenship**. A European Approach, London/New York: Routledge, 2006. p. 1-22.

MUDDE, Cas. **The ideology of the extreme-right**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

MUDE, Cas. **Populist radical right parties in Europe**. Manchester: Manchester University Press, 2007.

MÜLLER, Jan-Werner. **Constitutional Patriotism**, Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

MÜLLER, Jan-Werner. **What Is Populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

MÜNCH, Richard. **Inclusion and Exclusion in the Liberal Competition State: The Cult of the Individual**. London: Routledge, 2012.

NEDERVEEN PIETERSE, Jan. **Globalization and culture: global mélange**, Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2009.

KINNVALL, Catarina. Fear, Insecurity and the (Re)Emergence of the Far Right in Europe in: NESBITT-LARKING P., CAPELOS T., KINNVALL C., DEKKER H. (Eds.) **The Palgrave handbook of Global Political Psychology**. Houndmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014, p. 316-335.

NORRIS, Pipa, INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash/ Trump, Brexit, and authoritarian populism**. Cambridge/ Cambridge University, 2019.

ONG, Aihwa. **Flexible Citizenship**. The Cultural Logics of Transnationality, Durham and London: Duke University Press, 1999.

ORGAD, Liav. **The cultural defense of nations**, New York: Oxford University Press, 2015.

PANIZZA, Francisco. Introduction: Populism and the Mirror of Democracy. In: PANIZZA, Francisco (ed.). **Populism and the mirror of democracy**. London: Verso, 2005. p. 1-31.

PORTES, Alejandro, "Migration and social change: Some conceptual reflections", **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 36, 2010, p. 1537–1563.

SHEFFER, Gabriel. **Diaspora Politics**. At Home Abroad, Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SMITH, Anthony D. Nations in decline? The erosion and persistence of modern national identities in: **Nationalism in a Global Era**. The persistence of nations. Edited by Mitchell Young, Eric Zuelow and Andreas Sturm, London and New York: Routledge, 2007, p. 16-29.

STRÅTH, Bo. Identity and social solidarity an ignored connection. A historical perspective on the state of Europe and its nations, **Nations and Nationalism** 23 (2), 2017, 227–247.

TÖLÖLYAN, Khachig. "Diaspora studies. Past, present and promise", **International Migration Institute (IMI)**, Working Papers, Paper 55, April 2012.

VERTOVEC, Steven. "Super-diversity and its implications", **Ethnic and Racial Studies**, 30(6), 2007, p. 1024–1154.

VERTOVEC, Steven. **Transnationalism**, London and New York/ Routledge, 2009.

VERTOVEC, Steven. Diversities Old and New. **Migration and Socio-Spatial Patterns in New York, Singapore and Johannesburg**, London: Palgrave Macmillan, 2015.

WACQUANT, Loïc. 2010. "Three Steps to a Historical Anthropology of Actually Existing Neoliberalism," **Social Anthropology** 20(1), 66–79.

WACQUANT, Loïc. 2012. "Crafting the Neoliberal State: Workfare, Prisonfare, and Social Insecurity," **Sociological Forum** 25(2), 197–220.

WAGNER, Markus and Thomas MEYER. 2017. "The Radical Right as Niche Parties? The Ideological Landscape of Party Systems in Western Europe, 1980–2014", *Political Studies* 65(1), 2017, p. 84–107.

WALZER, Michael. . "Multiculturalism and the Politics of Interest". in: D. Biale; M. Galchinsky and S. Heschel (eds.). **Insider/Outsider: American Jews and Multiculturalism**. Berkeley: University of California Press, 1998, pp. 88–98.

WIMMER, Andreas, "Why Nationalism Works," **Foreign Affairs**, March/ April 2019, 27-34.

WIMMER, Andreas, GLICK SCHILLER, Nina. "Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences", *Global Networks* 2, 4 (2002) 301–334.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear**. What Right-Wing populist discourses means? London/ Sage, 2015.